



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



PARECER JURÍDICO/2021/DICOM
PREGÃO PRESENCIAL Nº- 007/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2021
OBJETO – AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ASSUNTO - PARECER FINAL

Vieram os autos, referentes ao Pregão Presencial, do tipo menor preço por ITEM, para análise e emissão de parecer jurídico final quanto aos atos praticados pelo Sr. Pregoeiro, e cumprimento dos ditames legais.

DA ANÁLISE FÁTICA

A fase interna do processo licitatório em questão, bem como as minutas do edital e de contrato fora analisada anteriormente pela procuradoria.

Desta forma, iniciando-se a análise da fase externa do pregão, a convocação dos interessados se deu por meio de avisos tempestivamente publicados (**fls. 112/116**) do qual constou o objeto da licitação, bem como a indicação do local dia e horários em que foi franqueado o acesso à íntegra do edital.

Os interessados foram convocados com a divulgação do Edital, tendo este cumprido seus requisitos, com prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas.

A empresa interessada enviou sua proposta (**fls. 130/132**).

No dia e hora previamente marcados ocorreu o certame, conforme ata de sessão pública e seguiram os procedimentos formais do pregão eletrônico.

Na data de 22/12/2021, a sessão pública fora finalizada pelo Sr. Pregoeiro, e encaminhada para a adjudicação, lavrando a respectiva ata, constante nos autos (**fls. 175/176**).

Cumprir informar que os itens vencedores foram devidamente adjudicados pelo Sr. Pregoeiro (**fl. 177**).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



Após vieram os autos para análise final visando a sua homologa o pela autoridade superior **(fl. 178)**.

  o relatório.

DA FUNDAMENTA O LEGAL

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados   esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

No caso em tela, a análise do presente parecer   restrita aos paramentos determinados pela Lei n  10.520/02 e pelo Decreto n  10.024/19, com aplica o subsidiária da Lei n  8.666/93, bem como pelas especificidades decorrentes da Lei Complementar n  123/2006 e altera es posteriores.

No que tange ao cumprimento do disposto no artigo 4 , inciso V, da Lei n  10.520/2002 e da Lei n  8.666/93 foi respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis. Publica es dia 24/11/2021, contados a partir do último aviso de publica o do edital até a realiza o da sessão pública, dia 22/12/2021, para análise julgamento das propostas.

Em análise a ata presente aos autos, verifica-se que o procedimento transcorreu normalmente, assim como o registro de propostas, apresenta o de documentos de aceitabilidade de propostas, abertura da fase de disputa de lances, com a declara o de vencedores nos itens licitados, bem como o envio e análise de documentos de habilita o pelo pregoeiro, e ainda, a concessão de prazo para eventuais recursos.

O Pregoeiro, conforme art. 4 , inciso XII e seguintes da Lei n  10.520/2002 e art. 43, inciso I e seguintes, da Lei n  8.666/1993, conduziu o certame e analisou os documentos encaminhados pelas licitantes.

Superada as fases do presente procedimento licitatório o Sr. Pregoeiro declarou como vencedora a empresa **(fl. 177): D DE MORAIS MEDEIROS EIRELI** com valor total de **R\$-1.670.040,00 (um milhão, seiscentos e setenta mil e quarenta reais)**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



Para os itens cotados verificou-se a proposta inicial do proponente. Após lances sucessivos e negocia es foi definido o menor preço unitário. Não houve inten o de Recurso. Por fim, o Sr. Pregoeiro adjudicou o item a empresa vencedora do certame.

Trata-se de Pregão Presencial, menor preço por item, cujo objeto   a aquisi o de cestas básicas para atender a demanda do FMAS.

  importante destacar que, em análise aos autos do processo,   possível encontrar na cota o de preços que o valor final, está inclusive, abaixo do valor estimado pela Administra o Pública.

Desta feita, sabe-se que a licita o objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administra o.

Pode-se verificar aos autos, que o presente valor, trata-se do menor preço, uma vez que houve negocia o entre a Licitante e Administra o.

Nesse passo, a Administra o Pública, antes de se pronunciar sobre o mérito da análise das propostas de preço em uma licita o, deve utilizar de todos os meios previstos na legisla o e no instrumento convocatório, com vistas   sele o da melhor proposta que foi apresentada, o que restou demonstrado no presente processo.

Diante do exposto, evidenciado que o Sr. Pregoeiro com a equipe de apoio procederam, em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, em consonância com a Lei n  10.520/2002, as especificidades decorrentes da Lei Complementar n  123/2006 e altera es posteriores, com aplica o subsidiária da Lei n  8.666/1993, havendo competitividade entre os participantes, agindo em estrita observância aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vincula o ao instrumento convocatório, opino pela sua homologa o pela autoridade superior.

CONCLUSÃO

Parece ter sido liso o procedimento até então, inclusive com proposta dentro do valor máximo estimado.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba



Sugiro, ainda, à controladoria, posterior análise do procedimento e do contrato, visto ser de competência da mesma a fiscalização de licitações e contratos.

Por todo o exposto, sempre respeitando a discricionariedade e conveniência da administração pública, opino **FAVORAVELMENTE** pela homologação do presente processo licitatório.

Ressalte-se, no entanto, que o presente parecer é meramente opinativo, cabendo à Autoridade Competente a decisão final.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaituba - PA, 23 de dezembro de 2021.

ATEMISTOKHLES A. DE SOUSA
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/PA Nº 9.964